



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

9

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 067/2022

AUTORIA: PODER LEGISLATIVO

EMENTA: "Institui no âmbito do município de Rolim de Moura a comemoração ao Dia da Bíblia."

Aportou nesta Assessoria Jurídica, na data de 18/04/2022, o Projeto de Lei em epígrafe.

Compulsando os autos, verifico que a matéria foi protocolada na Secretaria Legislativa na data de 13/04/2022 e na data de 13/04/2020 foi lida em Plenário.

Analisando a matéria vejo que o objetivo é instituir no calendário municipal a data comemorativa alusiva ao dia da bíblia.

Trata-se de matéria legislativa de interesse local, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

Conclui-se pelo interesse local, uma vez que a futura lei inserirá data comemorativa no calendário municipal.

Analisando o conteúdo normativo, verifica-se que o objeto da matéria, não encontra-se no rol de competências legislativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo Municipal, nem de iniciativa exclusiva da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rolim de Moura, sendo portanto a iniciativa para propositura da matéria concorrente, podendo qualquer vereador, individualmente, ou em coautoria, propor a matéria.

Neste sentido, art. 41 da Lei Orgânica Municipal:

"Art. 41 – A iniciativa das Leis cabe a qualquer Vereador, ao Presidente e ao eleitorado que exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município."



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA
PODER LEGISLATIVO
ASSESSORIA JURÍDICA

10
Q

Desta forma, não há que se falar em inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, tampouco inconstitucionalidade material, visto que a matéria pode ser proposta por vereador, no efetivo exercício da edilidade, assim como também caracteriza-se matéria de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

Assim, mostra-se acertada a opção do legislador por instituir o dia comemorativo, pela via da Lei Ordinária.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, opino pela tramitação da matéria nas Comissões Temáticas, bem como pelo Plenário, não havendo, no que tange à técnica legislativa e a conformidade jurídica, óbice à sua tramitação.

Rolim de Moura, RO, 06 de maio de 2022.


JORGE GALINDO LEITE
Ass. Jurídico Legislativo OAB/RO nº 7137